

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, 143 p.

Uma “nova” interpretação das origens do capitalismo?

Diogo da Silva Roiz*

A procura de caminhos para interpretar a especificidade do “modo de produção capitalista” Karl Marx (1818-1883), na década de 1850, num conjunto de manuscritos que recebeu o título de: *Grundrisse. Elementos de crítica à economia política*, inquiriu os “modos de produzir” e de “existir” anteriores ao capitalismo, com vistas a demonstrar por meio das “relações de produção” e das “forças produtivas” a formação da desigualdade no interior das sociedades, circunscritas nas “lutas de classe”, e que ao longo do tempo foram intensificadas de modo a alcançar seu ápice no “modo de produção capitalista”. Tais lutas se impulsionavam ainda mais veementemente no sistema capitalista de produção, em vista de o próprio trabalho ser também uma mercadoria, cujo “valor” era estabelecido pelo mercado.

Da mesma forma, Max Weber (1864-1920) e Werner Sombart (1863-1941), no início do século XX, preocuparam-se em demarcar as origens do Capitalismo Europeu, mas com base na religião, quando almejaram definir sua especificidade. Nos anos de 1940, Maurice Dobb (1900-1976) deu prosseguimento aos debates, com seus *Estudos sobre o desenvolvimento do Capitalismo*, demarcando-o, a partir da circulação de mercadorias entre Cidade e Campo, provenientes da “crise” estrutural do sistema feudal. O texto de Dobb, ao criticar a clássica tese de Henry Pirenne (1862-1935), gerou uma discussão bastante profícua, nas décadas de 1950 e 1960, principalmente, entre os historiadores marxistas, dentre os quais, vale destacar, Paul Zweezy e Rodney Hilton, no que se referia ao processo de transição do Feudalismo para o Capitalismo. O conjunto do debate foi publicado nos livros *A transição do feudalismo para o capitalismo* (traduzido pela Editora Paz e Terra) e *Do feudalismo ao capitalismo* (organizado por Theo Santiago e publicado pela Editora Contexto).

Ainda nos anos de 1940, por outro lado, Karl Polanyi (1886-1964), no livro *A grande transformação*, pretendeu analisar o sistema capitalista, por meio das transformações que ocorreriam das “sociedades com mercado” para as “sociedades de mercado”. Embora o texto houvesse aberto “novos” caminhos para a interpretação do capitalismo, não gerou os mesmos debates e questionamentos do livro de Dobb, e apenas nas últimas décadas tem sido revisto pelos intérpretes do Capitalismo.

* Professor do Departamento de História nos cursos de História e de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), na unidade de Amambai.

Nos anos de 1970, Perry Anderson, no seu livro *Linhagens do Estado Absolutista*, inquiriu a especificidade e as origens do capitalismo, a partir da análise da gênese dos Estados Absolutistas. Muito embora, a questão das origens, e da especificidade do Capitalismo, tenha sido tema de muitos estudos, debates e controvérsias, a grande maioria dos trabalhos, implícita ou explicitamente, seguiu uma explicação que naturalizava o surgimento do sistema capitalista na história das sociedades do passado, vindo a se impor nas sociedades do presente, como se toda história humana fosse uma trajetória linear em busca, ou com desfecho, no Capitalismo. E esse é justamente o questionamento principal, ora apresentado no novo livro de Ellen Meiksins Wood. Nas palavras da autora:

Quase sem exceção, os relatos sobre a origem do capitalismo são fundamentalmente circulares: presumem a existência prévia do capitalismo para explicar o seu aparecimento. No intuito de explicar o impulso de maximização do lucro que é característico do capitalismo, pressupõem a existência de uma racionalidade universal maximizadora do lucro; para explicar o impulso capitalista de aumentar a produtividade do trabalho através de recursos técnicos, pressupõem um progresso contínuo e quase natural do aprimoramento tecnológico na produtividade do trabalho. Essas explicações paralogísticas têm sua origem na economia política clássica e nas concepções iluministas de progresso [...]. Na maioria das descrições do capitalismo e de sua origem, na verdade *não há* origem. O capitalismo parece estar sempre lá, em algum lugar, precisando apenas ser libertado de suas correntes – dos grilhões do feudalismo, por exemplo – para poder crescer e amadurecer. Caracteristicamente, esses grilhões são políticos: os poderes senhoriais parasitários ou as restrições de um Estado autocrático. Às vezes, são culturais ou ideológicos – a religião errada, quem sabe. Essas restrições limita[ria]m a livre movimentação dos agentes econômicos, a livre expressão da racionalidade econômica [...]. Esse pressuposto costuma ser tipicamente associado a um outro: o de que a história é um processo quase natural de desenvolvimento tecnológico. De um modo ou de outro, o capitalismo aparece, mais ou menos naturalmente, onde e quando os mercados em expansão e o desenvolvimento tecnológico atingem o nível certo [...]. O efeito dessas explicações é enfatizar a *continuidade* entre as sociedades não-capitalistas e capitalistas, e negar ou disfarçar a *especificidade* do capitalismo... (WOOD, 2001, p. 13-4).

Nesse caso, para a autora, mesmo a interpretação marxista, na maior parte dos casos, acabava ficando presa nesta explicação linear da história, na qual se naturalizava o aparecimento do capitalismo. Nesse sentido, no seu livro *A origem do capitalismo* (originalmente publicado em 1999, e traduzido no Brasil no ano de 2001), Ellen M. Wood procurou rever as interpretações sobre o sistema capitalista, e, como se não bastasse a instigante análise de autores, propor ainda uma “nova” interpretação das origens do capitalismo. Assim, o livro foi dividido em duas partes: a primeira intitulada, *Versões históricas da transição* (na qual revê as interpretações sobre o capitalismo), e a segunda *A origem do capitalismo* (em que discute uma nova interpretação sobre a origem do capitalismo), ambas as partes com três pequenos capítulos. Há ainda uma apresentação sucinta do livro feita pelo professor Emir Sader, em que historiou a produção historiográfica da auto-

ra e o lugar deste livro no conjunto da sua obra, destacando que Ellen M. Wood possui “visão crítica das influências [d]a chamada teoria ‘pós-marxista’”, e que atualiza a alternativa do Socialismo frente o Capitalismo.

Logo na introdução, a autora, já destaca o que o capitalismo não é, e ainda o que define a sua especificidade histórica. Para ela, não é o mercado (que existiu em outras sociedades e épocas, com suas especificidades), nem o Estado (que mesmo não existindo enquanto *artefato burocrático de organização institucional de um território*, antes da modernidade, houve as Cidades-Estado, na Antiguidade Clássica, e a Igreja, na Idade Média, que buscavam para si as mesmas prerrogativas), nem o dinheiro (que existiu em outras épocas), ou ainda, o trabalho (que em diferentes modalidades também existiu em outros momentos da História, para não dizer em todos) que definem o Capitalismo, ou expressam a sua especificidade. Por ser um sistema econômico e social historicamente construído, o Capitalismo, segundo a autora, seria definido por tornar *todas as ações humanas, inclusive às de cunho sentimental e afetivo, passíveis de um valor expresso no mercado*. Nesse sentido:

O capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado; e em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da vida. Por causa dessas regras, ele é um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos. Acima de tudo, é um sistema em que o grosso do trabalho da sociedade é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão-de-obra por um salário, a fim de obter acesso aos meios de subsistência. No processo de atender às necessidades e desejos da sociedade, os trabalhadores também geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto-expansão do capital [por meio da exploração massiva dos trabalhadores] (WOOD, 2001, p. 12).

A autora procura, em sua proposta de definir a origem e a especificidade do capitalismo, delinear, por conseguinte, possibilidades para se rever a questão da “naturalidade” do sistema na sociedade contemporânea, em que as heranças intelectuais do passado e os “projetos políticos” de transformação social são “apressadamente” descartados pela crítica dita “pós-moderna”. Para Ellen Wood, justamente nesse momento de aparente “triunfo do capitalismo”, em função do “colapso do comunismo, no fim da década de 1980 e início da de 1990” (WOOD, 2001, p. 11), é que se deve repensar o pensamento marxiano e os projetos de transformação social. Porque seriam dentro desses períodos históricos que se tornariam oportunas propostas de mudança social. Sendo sua principal intenção “questionar a colocação do capitalismo como algo natural e destacar suas maneiras particulares de representar uma forma social historicamente específica, bem

como uma ruptura com formas sociais anteriores” porque pensar “em alternativas futuras ao capitalismo exige que exploremos concepções alternativas de seu passado” (WOOD, 2001, p. 17).

De acordo com o que foi exposto acima, na primeira parte de sua obra, a autora procurou inventariar as principais interpretações sobre as origens do capitalismo, com vistas a demonstrar suas proximidades e divergências, e ainda suas limitações. Começa por destacar o “modelo mercantil” de se interpretar o capitalismo, no qual a “maneira mais comum de explicar a origem do capitalismo é pressupor que seu desenvolvimento foi o resultado natural de práticas humanas quase tão antigas quanto a própria espécie, e que requereu apenas a eliminação de obstáculos externos que impediam sua materialização” (WOOD, 2001, p. 21). O grande problema desse modelo, segundo a autora, foi a sua ineficiência quanto a demonstrar as especificidades do sistema capitalista. Nesse ponto destaca as ideias dos principais autores desse modelo, tais como: Henri Pirenne (modelo mercantil clássico), Max Weber e Fernand Braudel (depois do modelo mercantil clássico) e Karl Polanyi (que foi uma exceção). Em seguida, demarca o debate marxista sobre a transição, e suas principais características e propostas sobre a origem do capitalismo. Destaca a obra de Maurice Dobb, que teria influenciado e instigado diretamente o debate, no qual participariam, principalmente, Paul Sweezy e Rodney H. Hilton. Demonstra, em seguida, a importância da obra de Perry Anderson, ao dar prosseguimento àquelas discussões (mas, sem com isso, conseguir concluí-las, até porque não chegou a publicar um texto anunciado sobre a origem do capitalismo). Por fim, passa a tratar de algumas alternativas marxistas sobre o debate, em que vislumbra as interpretações de Robert Brenner e Edward Palmer Thompson. Ao resumir sua discussão na primeira parte, indica que até aqui “a tese desse livro tem sido que o principal problema das versões históricas mais padronizadas do capitalismo começam – ou terminam – em conceitos que obscurecem a especificidade do capitalismo” (WOOD, 2001, p. 69).

Na segunda parte de seu livro, já começa indicado que o feudalismo produziu uma variedade de formas e resultados em toda a Europa, e um desses resultados foi o capitalismo. Por outro lado, deve-se notar que não havia um mercado único e unificado, e “princípios não-capitalistas de comércio coexistiam com formas de exploração não-capitalistas” (WOOD, 2001, p. 81). Nesse sentido, dá o exemplo da Inglaterra e de sua especificidade no interior desse processo. Nas suas palavras:

A base material em que se fundamentava essa economia nacional emergente era a agricultura inglesa, que se singularizava de diversas maneiras. Primeiro, a classe dominante inglesa distinguia-se por dois aspectos correlatos. Por um lado, havendo-se desmilitarizado antes de qualquer outra aristocracia da Europa, ela fazia parte de um Estado cada vez mais centralizado, em aliança com uma monarquia centralizadora, sem a fragmentação da soberania que era característica do feudalismo e seus Estados sucessores. [...] Por outro lado, havia o que se poderia chamar de uma troca entre a centralização do poder estatal e o controle da terra pela aristocracia (WOOD, 2001, p. 82-3).

E foi justamente essa característica singular que trouxe consequências oportunas para a origem do novo sistema econômico. Para ela, “foi à renda *não fixa e variável*, que atendia aos imperativos do mercado, que estimulou, na Inglaterra, o desenvolvimento da produção mercantil, o aumento da produtividade e o crescimento econômico autosustentado. Na França, precisamente porque era típico os camponeses gozarem da posse da terra por uma renda fixa e nominal, esse estímulo não existiu. Em outras palavras, não foram as *oportunidades* proporcionadas pelo mercado, mas os *imperativos* deste que levaram os pequenos produtores mercantis à acumulação” (WOOD, 2001, p. 85). Destaca ainda que o “importante é que o desenvolvimento de um mercado nacional competitivo foi um corolário, e não uma causa, do capitalismo e da sociedade de mercado. A evolução de um mercado nacional competitivo unificado refletiu as mudanças no modo de exploração e na natureza do Estado” (WOOD, 2001, p. 87). De modo que a autora passou a inventariar as peculiaridades da Inglaterra perante a Europa. Em seguida, a autora faz um esboço da passagem do capitalismo agrário para o industrial, e novamente destaca a singularidade inglesa, com o resto da Europa, no tocante as suas relações agrárias e na formação de seu mercado consumidor nacional unificado, no qual a industrialização foi o resultado e não a causa da sociedade de mercado. Por fim, a autora destaca a relação do capitalismo com a modernidade, e se houve (ou não) uma modernidade não-capitalista.

Na conclusão do livro, a autora se volta para a questão política das interpretações sobre a origem do capitalismo, e de sua evidente crença na possibilidade de transformação social. Para ela “o capitalismo não é uma consequência natural e inevitável da natureza humana, ou sequer da antiquíssima tendência social a ‘comerciar, permutar e trocar’. Ele é um produto tardio e localizado de condições históricas muito específicas” e, por outro lado, o “capitalismo foi, desde o início, uma força profundamente contraditória” (WOOD, 2001, p. 125). E prossegue:

O capitalismo nasceu bem no cerne da vida humana, na interação com a natureza da qual depende a própria vida, e a transformação dessa interação pelo capitalismo agrário revelou os impulsos intrinsecamente destrutivos de um sistema em que os próprios fundamentos elementares da vida ficam sujeitos aos requisitos do lucro. [...] Uma vez estabelecido o capitalismo num dado país, a partir do momento em que ele começou a impor seus imperativos [quais sejam: desapropriação, extinção dos direitos consuetudinários, imposição dos imperativos do mercado (como os de competir e acumular) e destruição ambiental] ao resto da Europa e, por fim, ao mundo inteiro, seu desenvolvimento em outros lugares nunca pôde seguir o mesmo curso que ele tivera em seu lugar de origem. A partir de então, a existência de uma sociedade capitalista transformou todas as demais, e a expansão posterior dos imperativos capitalistas alterou constantemente as condições do desenvolvimento econômico (WOOD, 2001, p. 126-7).

Portanto, à “medida que o capitalismo se espraia por regiões mais vastas e penetra mais fundo em todos os aspectos da vida social e do meio ambiente natural, suas contradições vão escapando mais e mais a nossos esforços de controlá-las. A esperança de atingir um capitalismo humano, verdadeiramente democrático e ecologicamente sustentável vai-se tornando transparentemente irrealista. Mas, conquanto essa alternativa não esteja disponível, resta ainda a alternativa verdadeira do socialismo” (WOOD, 2001, p. 129). Nesse sentido, a leitura dessa instigante obra nos demonstra a complexa teia de situações históricas específicas que deram origem ao capitalismo, e, ainda, preocupa-se em demonstrar as alternativas, referidas anteriormente, ao próprio capitalismo contemporâneo, sendo este, muitas vezes, erroneamente, entendido como a condição única e natural de existência de homens e mulheres no planeta.